

QUANDO SOLDADOS E TRAFICANTES SE CHOCAM: EXPLICANDO A VIOLÊNCIA CONTRA O ESTADO DURANTE A OPERAÇÃO SÃO FRANCISCO¹

Henrique Siniciato Terra Garbino*

Adriana Erthal Abdenur**

RESUMO

Uma das mais disruptivas formas de violência relacionada a drogas são os conflitos entre cartel e Estado. Em lugares afetados, como México, Colômbia e a cidade do Rio de Janeiro, o número de homicídios atribuídos a carteis regularmente supera as mortes em muitas guerras civis. Entretanto, conflitos entre cartel e Estado são a forma mais rara de violência relacionada a drogas. Criminosos têm fortes incentivos para não enfrentar agentes do Estado, uma vez que isso acabaria levando a uma maior repressão estatal. Até certo ponto, esse padrão foi observado nas recentes intervenções militares em operações de garantia da lei e da ordem no Brasil. No entanto, durante a Operação São Francisco, realizada no Rio de Janeiro, os militares enfrentaram níveis incomuns de violência, levando à primeira morte de um soldado desde a implementação da chamada estratégia de “pacificação”. Este artigo pretende explicar por que os criminosos optaram por resistir e atacar deliberadamente a força de pacificação, com base em duas teorias sobre conflitos entre cartel e Estado. Enquanto a primeira teoria sugere que os criminosos são mais propensos a recorrer à violência contra o Estado a fim de proteger seu território, dado que operam em mercados lucrativos e competitivos; a segunda teoria postula que cartéis se envolvem em enfrentamentos com o Estado para sinalizar resolução e capacidade militar para grupos rivais. As teorias são avaliadas com base em fontes primárias e secundárias, incluindo relatórios militares e de organizações não governamentais, entrevistas e revisão da literatura. Finalmente, os diferentes níveis de violência

1 O artigo foi apresentado originalmente como requisito do curso *Causes of War*, do Programa de Mestrado em *Peace and Conflict Studies* da Universidade de Uppsala, em 4 de novembro de 2017.

* Henrique é Bacharel em Ciências Militares pela Academia Militar das Agulhas Negras e possui diploma de pós-graduação em História Militar pela Universidade do Sul de Santa Catarina. Henrique atuou na Operação São Francisco, de outubro a dezembro de 2014, como Comandante do Pelotão de Engenharia da Força de Pacificação. Está atualmente matriculado no programa de mestrado em Estudos sobre Paz e Conflitos na Universidade de Uppsala.

E-mail: <garbino.henrique@eb.mil.br>.

** Adriana é Bacharel em Estudos sobre o Sudeste Asiático pela Universidade de Harvard, Mestre em Educação e Desenvolvimento Internacional pela Universidade de Columbia e Doutora em Sociologia pela Universidade de Princeton. Investigadora do Instituto Igarapé e Pesquisadora Colaboradora da Escola de Guerra Naval. É também Bolsista de Produtividade pelo CNPq. E-mail: <adriana@igarape.org.br>.

exibidos pelos grupos rivais durante a Operação São Francisco são explicados à luz das teorias propostas. O artigo conclui que as teorias são complementares ao explicar a violência contra o estado.

Palavras-chave: Violência relacionada às drogas. Conflito entre cartel e estado. Intervenção Militar. Manutenção da lei e da ordem.

WHEN SOLDIERS AND TRAFFICKERS CLASH: EXPLAINING VIOLENCE AGAINST THE STATE DURING THE OPERATION SÃO FRANCISCO

ABSTRACT

One of the most disruptive forms of drug-related violence is the cartel-state conflicts. In affected places, such as Mexico, Colombia and the city of Rio de Janeiro, the number of cartel-related homicides surpasses battle-related deaths in many civil wars. However, cartel–state conflicts are arguably the rarest form of drug-related violence. Criminals have strong incentives not to confront state officials, given that such clashes can lead to more state repression. To some extent, this pattern has been seen in recent military interventions in law enforcement operations in Brazil. However, during Operation São Francisco, carried out in Rio de Janeiro, the military faced abnormal levels of violence, leading to the first death of a soldier since the implementation of the so-called “pacification” strategy. This paper aims to explain why the criminals chose to resist and deliberately attack the pacification force, based on two cartel-state conflict theories. Whereas the first theory suggests that criminals are more likely to resort to violence against the state in order to protect their turf, given that they operate in profitable and competitive markets; the second posits that cartels engage in confrontations with the state to signal resolve and military capacity for rival gangs. The theories are assessed based on primary and secondary sources, including reports from the military and non-governmental organisations, interviews and a comprehensive literature review. Finally, the different levels of violence displayed by the rivalling criminal groups during Operation *São Francisco* are explained in light of the proposed theories. The article concludes that the theories are complementary in explaining the resort to violence against the state.

Keywords: Drug-related violence. Cartel–state conflict. Military intervention. Law enforcement.

CUANDO SOLDADOS Y TRAFICANTES SE CHOCAN: EXPLICANDO LA VIOLENCIA CONTRA EL ESTADO DURANTE LA OPERACIÓN SÃO FRANCISCO

RESUMEN

Una de las formas de violencia más letales relacionada con el tráfico de drogas son los conflictos entre los carteles y el Estado. En lugares afectados por la economía

de la droga, como México, Colombia y Brasil, el número de homicidios atribuidos a los carteles puede superar las muertes de muchas guerras civiles. Sin embargo, los conflictos entre carteles y estados son tipos de conflictos menos comunes. Los criminales tienen fuertes incentivos para no enfrentarse a los agentes del Estado una vez que esto podría terminar en una mayor represión estatal. Este patrón fue observado en las recientes intervenciones militares para garantizar seguridad en Brasil. Sin embargo, durante la operación São Francisco, realizada en Rio de Janeiro, los militares enfrentaron niveles anormales de violencia, llevando a la primera muerte de un soldado desde la primera implementación de la conocida estrategia de “pacificación”. Este artículo pretende explicar porque los criminales optan por resistir y atacar deliberadamente al Estado, con base en dos teorías sobre conflictos entre carteles de droga y el Estado. La primera teoría sugiere que los criminales son propensos a recurrir a la violencia contra el Estado con el fin de ejercer control en su territorio dado que operan en mercados lucrativos y competitivos para ellos; la segunda teoría señala que los carteles se involucran en enfrentamientos con el Estado para demostrar su capacidad militar a otros carteles rivales. Las teorías son evaluadas con base a las fuentes primarias y secundarias, incluyendo reportes militares, informes de organizaciones no gubernamentales, entrevistas y revisión de literatura. Finalmente, los diferentes niveles de violencia exhibidos por los carteles de droga durante la Operación São Francisco son explicados a la luz de las teorías propuestas. El artículo concluye que las teorías son complementarias al explicar la violencia entre carteles y el Estado.

Palabras clave: Violencia relacionada a las drogas. Intervención militar. Conflictos entre carteles y el estado. Mantenimiento del orden público.

1 INTRODUÇÃO

A violência relacionada às drogas geralmente é explicada por meio de três abordagens diferentes, a saber, os mecanismos de compulsão psicofarmacológica, econômica e de violência sistêmica. Embora a pesquisa sobre os dois primeiros mecanismos não tenha explicado totalmente a ocorrência de violência em larga escala, uma quantidade substancial de literatura aponta para o mecanismo de violência sistêmica, como proibição e criminalização, como principal causa (RESIGNATO, 2000). Em outras palavras, a violência relacionada às drogas é entendida como uma consequência das políticas governamentais repressivas para o comércio e consumo de drogas.

A violência em grande escala relacionada às drogas pode ser ainda classificada em quatro categorias de conflitos, como o cartel-cartel, o cartel-Estado e a violência unilateral perpetrada pelo cartel ou pelo próprio Estado. Um corpo emergente de pesquisa tem como objetivo explicar esses fenômenos, sugerindo teorias diferentes e muitas vezes contraditórias-explicativas (WERB et al., 2010).

Talvez o mais contraditório deles seja o conflito cartel-Estado. Como sugerido por Lessing, “o tráfico de drogas é um fenômeno quase universal, assim como a corrupção policial, esquemas de proteção, e violência entre grupos criminosos. Muito mais raro, e provavelmente mais perturbador, é o conflito entre cartel e Estado” (2015, p. 1488). Organizações criminosas não visam derrubar nem se separar do governo, já que lutar contra o Estado geralmente produz mais repressão estatal. Por estas razões, os cartéis evitam constantemente o confronto violento com o Estado e, ao invés disso, escolhem táticas alternativas para escapar da aplicação da lei, como fugir, ter atitudes discretas, manter-se no anonimato, subornar, fazer lobby político, entre outros (LESSING, 2015).

No entanto, desde os conflitos do cartel-Estado dos anos 80, foram infligidas perdas humanas significativas comparáveis, e até superiores, às guerras civis e às intervenções militares em todo o mundo. Mais notáveis são os conflitos no México, na Colômbia, e na cidade do Rio de Janeiro. Somente no Rio, a polícia mata regularmente mais de 1.000 civis por ano, além de cerca de 8.000 homicídios anuais atribuíveis à violência de cartéis (CERQUEIRA, 2012; INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2017).

Este artigo analisa a mais complexa intervenção militar contra traficantes de drogas no Rio de Janeiro até o presente momento, com o objetivo de explicar por que as organizações criminosas optaram por lutar. Quando comparada a operações anteriores análogas no Rio de Janeiro, como a Operação Arcaño, ocasião em que os traficantes fugiram da área de operações e os militares enfrentaram uma resistência menos armada – a Operação São Francisco pode ser considerada aberrante. Os militares experimentaram uma média de quatro tiroteios por dia (MOTTA, 2014), efetuaram um número recorde de detenções, e enfrentaram várias baixas, incluindo a primeira morte de um soldado desde a implementação da estratégia de “pacificação” em 2014 (FORÇA DE PACIFICAÇÃO DO COMPLEXO DE COMUNIDADES DA MARÉ, 2014).

Considerando que muitas teorias sugerem explicações válidas para a ocorrência de conflitos cartel-estado, a maioria delas não é aplicável a este caso em decorrência do caráter único da Operação São Francisco. A maioria das teorias aborda o conflito entre cartéis e estados dentro de um período mais longo da política de aplicação da lei, explicando a ocorrência de violência como consequência da impunidade criminal (O’FLAHERTY; SETHI, 2010; WERB et al., 2010), brutalidade trivial (WACQUANT, 2008), corrupção violenta (LESSING, 2013), lobby violento (LESSING, 2015) entre outros. A operação São Francisco difere significativamente dessa abordagem, já que foi um caso excepcional de intervenção militar na aplicação da lei e muito limitado no tempo. Nesse sentido, e em vez de buscar uma análise teórica mais ampla, este artigo incidirá em duas teorias com potenciais poderes explicativos, que serão explicados na próxima seção.

O presente artigo é dividido em quatro seções. A primeira, um plano teórico é apresentado de modo a enquadrar hipóteses plausíveis com base nas teorias

escolhidas. Em seguida, o relatório de pesquisa é explicado, seguido das análises empíricas e discussão em torno das teorias. Finalmente, as principais conclusões são apresentadas, juntamente com propostas gerais para futuras pesquisas.

2 PROTEÇÃO DO TERRITÓRIO OU DEMONSTRAÇÃO DE FORÇA?

Alguns especialistas sugerem que o elevado número de confrontações entre as organizações militares e as criminosas na Operação São Francisco foram conseqüências, entre outros, da falta de experiência e mudanças de liderança dentro das gangues (ALCOFORADO, 2017; NUNES, 2017), a considerável capacidade militar dos grupos criminosos armados (ODFA, 2014), ou as restrições legais enfrentadas pelos militares (DIAS, 2014). Embora forneçam informações úteis para explicar a intensidade do conflito, essas teorias são insuficientes para explicar por que os criminosos optaram por lutar.

Este artigo argumenta que a ocorrência de violência na Operação São Francisco pode ser explicada por meio de duas teorias, aqui denominadas mercados lucrativos e competitivos e sinal de concorrência. Está claro, para ambas as teorias, que os militares adotaram uma postura proativa e tentaram ativamente atrapalhar a atividade criminosa dentro da área de operações.

2.1 Mercados lucrativos e competitivos

Uma teoria bastante intuitiva e amplamente aceita sobre a violência do cartel-Estado é a que deriva de Mercados lucrativos e competitivos (BENJAMIN; MILLER, 1993; CASTILLO; MEJÍA; RESTREPO, 2013; DUKE, 1995; FAGAN; CHIN, 1989; GOLDSTEIN et al., 1989; MIRON; ZWIEBEL, 1995; REUTER, 2009; WISOTSKY, 1983). Conforme descrito por Wisotsky (1983), a alta rentabilidade dos mercados de drogas reduz os custos de resistência à aplicação da lei, mesmo que o governo possa aumentar o risco e a possibilidade de detecção e convicção. Os criminosos resistiriam à aplicação da lei para manter suas receitas.²

As organizações criminosas ainda podem se afastar da área visada por agentes do Estado, especialmente se a aplicação da lei for restrita a uma região específica. Com base no conceito de Burrus (1999) sobre o traficante de drogas como um “monopolista geográfico”, a teoria sugere que os traficantes optam por ficar e manter seu território em grupos criminosos concorrentes, dado que é um mercado bastante lucrativo para superar os custos da resistência (REUTER, 2009).

2 Esta teoria em geral apresenta um desequilíbrio essencial nos conflitos cartel-Estado, a saber, que a aplicação da lei é inerentemente limitada devido a orçamentos apertados e restrições legais, enquanto a atividade criminosa é secreta, ilegal e lucrativa. Também implica um grau de tolerância de alto risco entre os traficantes de drogas (WIGOTSKY, 1983).

Em outras palavras, os cartéis resistem à aplicação da lei para proteger seu território, quando as receitas do comércio ilegal são suficientemente elevadas e o mercado está fragmentado. Com base nessas considerações, a seguinte hipótese será aplicada na análise de caso:

Hipótese I: uma vez que operam em mercados rentáveis e competitivos, os cartéis são mais propensos a lutar contra o Estado quando seu território está ameaçado.

Dados confiáveis sobre a economia dos mercados ilegais são essencialmente difíceis de reunir e avaliar, dada a sua natureza secreta e aos incentivos individuais para omitir ou deturpar informações, por exemplo, em pesquisas de consumo de drogas (FERREIRA; VELLOSO, 2009). No entanto, a maioria dos estudiosos aponta as organizações criminosas como atores unitários e explica seu comportamento ilegal como meio para o alto retorno dos mercados ilegais, de uma perspectiva coletiva (BECKER, 1968; FIORENTINI; PELTZMAN, 1997; SCHELLING, 1985)³. Uma vez que este artigo pretende explicar o comportamento coletivo das organizações criminosas, também os assumimos como atores unitários.

2.2 Sinais de concorrência

Outra abordagem para explicar a violência do cartel-estado foi sugerida por Reuter (2009), reconhecendo outra função elementar da violência além de seus efeitos físicos, ou seja, transmitir informações. Os atos de violência podem ser usados estrategicamente para sinalizar, entre outros, a capacidade operacional, a resolução e a coesão interna (POWELL, 2004).

A aplicação da lei provavelmente enfraquece cartéis e desestabiliza o mercado de drogas. Isso gera incerteza quanto à força e coesão dos cartéis afetados. As organizações criminosas que se sentem ameaçadas por grupos concorrentes podem então recorrer à violência contra o Estado, a fim de alertar a resolução e capacidade militar para rivalizar as gangues (REUTER, 2009).

Em suma, esta teoria sugere a seguinte hipótese, que será avaliada em relação ao caso apresentado:

Hipótese II: os cartéis são mais propensos a lutar contra o Estado para sinalizar determinação quando ameaçados por gangues rivais.

3 Uma exceção a esta abordagem é apresentada por Levitt e Venkatesh (2000), e Naranjo (2007), onde distinguem o impacto e o lucro do mercado de medicamentos entre diferentes atores ao longo da cadeia produtiva.

Os cartéis também podem recorrer à violência contra os agentes da lei para sinalizar a determinação do Estado, no que pode ser chamado de estratégias de “lobby violento” ou “corrupção violenta” (LESSING, 2013, 2015). No entanto, como apontado por Lessing (2015), não há muita evidência de ataques violentos empreendidos por criminosos no Rio de Janeiro. Da mesma forma, a corrupção violenta só é viável quando há história anterior de um relacionamento corruptor-corrupto (LESSING, 2013). Além da falta de um relacionamento anterior, os militares tiveram meios para evitar que se criasse um vínculo, como períodos de rotação de dois a três meses ou o emprego de tropas de diferentes partes do Brasil (ALCOFORADO, 2017). Sem avaliar a incorruptibilidade dentro do Exército Brasileiro, este artigo considera improvável que as organizações criminosas em nosso caso recorram a uma estratégia de corrupção violenta, em decorrência da falta de um relacionamento anterior.

3 PROJETO DE PESQUISA

Como afirmado anteriormente, este trabalho tenta explicar o recurso à violência contra o Estado por organizações criminosas. Nessa pesquisa, a violência contra o Estado é medida pela quantidade de confrontações com organizações criminosas durante a Operação São Francisco.

As principais variáveis explicativas na primeira hipótese são o valor do território e a fragmentação do mercado. Para avaliar esta hipótese, é necessário primeiro avaliar o valor do território, conforme indicado pelas receitas ilegais do mercado e pela localização estratégica dos territórios mantidos. O primeiro será medido pela renda estimada de mercados ilegais; enquanto mais tarde, por uma questão de simplicidade, será medido em termos de acesso a clientes e recursos. O seguinte, a fragmentação do mercado pode ser medida pelas diferenças nos produtos ilegais vendidos e na indivisibilidade do território por diferentes organizações criminosas. Assim, de acordo com a Hipótese I, as diferenças nos territórios das organizações criminosas, como resultado da variação no valor de mercado e fragmentação, devem refletir seu comportamento violento contra o Estado.

A Hipótese II baseia-se na variação da ameaça por facções rivais de grupos criminosos, que pode ser medida por disputas atuais e passadas entre cartéis por território. Se essa hipótese é verdadeira, a variância da ameaça por facções rivais deve influenciar a quantidade de violência infligida pela organização criminosa contra o Estado. O quadro 1 resume o projeto de pesquisa aplicado a este artigo.

Este artigo avaliou as hipóteses propostas por meio de uma revisão abrangente da literatura, associada com dados empíricos, incluindo relatórios das organizações militares, policiais e não governamentais. Esta pesquisa, em alguns casos, baseia-se em artigos das principais agências. Além disso, quando possível, foram realizadas entrevistas com militares que participaram da operação e com especialistas em segurança pública.

Quadro 1 - Resumo do projeto de pesquisa

Input	Hypotheses	Independent variables	Indicators	Dependent variable	Observable effects
Military intervention	Cartels fight the state when their turf is threatened in a profitable and competitive market environment	Turf value	Illegal market revenue	Violence against the state	Fragmented and profitable markets experience more violence than monopolistic markets
			Location		
		Market Fragmentation	Product		
	Territorial division				
Cartels resort to fight the state to signal resolve when threatened by rival gangs	Threat by rival gangs	Inter-cartel disputes		Cartels with a previous history of and actual threat by rival gangs are more violent than more stable groups	

Fonte: O AUTOR, 2017.

4 EXPLICANDO VIOLÊNCIA DURANTE A OPERAÇÃO SÃO FRANCISCO

A implantação da Operação São Francisco foi determinada por Dilma Rousseff, então Presidente da República, após um pedido formal do Governador do Estado do Rio de Janeiro, com o objetivo de garantir a lei, a ordem e a segurança às pessoas e aos bens no Complexo de Favelas da Maré. Os militares deveriam estabilizar a área, permitindo a implementação de uma Unidade de Polícia Pacificadora (UPP), que seria responsável por fornecer segurança a longo prazo (BRASIL, 2014).

A operação seguiu um período de intenso confronto entre a polícia e as organizações criminosas. Embora a intervenção tenha precedido a Copa do Mundo da Federação Internacional de Futebol Associação (em original: *Fédération Internationale de Football Association*) (FIFA) e possa ser vista como um componente dos mais amplos esforços de estabilização da segurança pública para o evento (SILVA, 2017), o discurso oficial foi vinculado à proteção das pessoas que vivem nas comunidades (GOMES, 2014a).

De acordo com a legislação brasileira, o emprego militar doméstico nas operações de garantia da lei deve ser limitado no tempo e no espaço (BRASIL, 2010). Neste sentido, a Operação São Francisco foi geograficamente restrita ao Complexo de Favelas da Maré e durou cerca de quinze meses, de abril de 2014 a junho de 2015 (GONZAGA, 2015).

O Complexo de Favelas da Maré é um bairro densamente povoado no Rio de Janeiro, com aproximadamente 140 mil habitantes distribuídos em sete quilômetros quadrados (IBGE, 2010; SIURB, 2010). Em 2008, um estudo descobriu que a Maré classificou-se entre as regiões com o pior Índice de Desenvolvimento Humano

(0.722) na cidade (CAVALLIERI; LOPES, 2008). Antes da ocupação, o bairro era controlado por três organizações criminosas antagônicas com fronteiras claramente definidas, a saber: uma milícia no norte, o Comando Vermelho (CV) no centro, e o Terceiro Comando Puro (TCP) no sul (GOMES, 2014b).

Embora as mudanças de estrutura e tamanho tenham ocorrido durante a operação, a chamada força de «pacificação» era composta basicamente de aproximadamente 3.000 homens (2.500 soldados e 500 fuzileiros navais), estruturados em uma força-tarefa de proporção brigada, além de cerca de 200 funcionários locais da polícia (ESCOTO, 2016). A força de pacificação foi encarregada de proteger civis; prevenir e reprimir atividades criminosas; deter membros de organizações criminosas; e apreender armas, munições, drogas e outros materiais ilícitos.

O Ministério da Defesa tem a operação como bem-sucedida e resume seus resultados na redução estimada da taxa anual de homicídios na Maré (de 21,29 para 5,33 mortes por 100 mil habitantes); a detenção de 553 adultos e 254 jovens infratores; e 550 apreensões de drogas e a apreensão de 58 armas e 3.884 munições, além de outros 585 materiais ilícitos (GONZAGA, 2015).

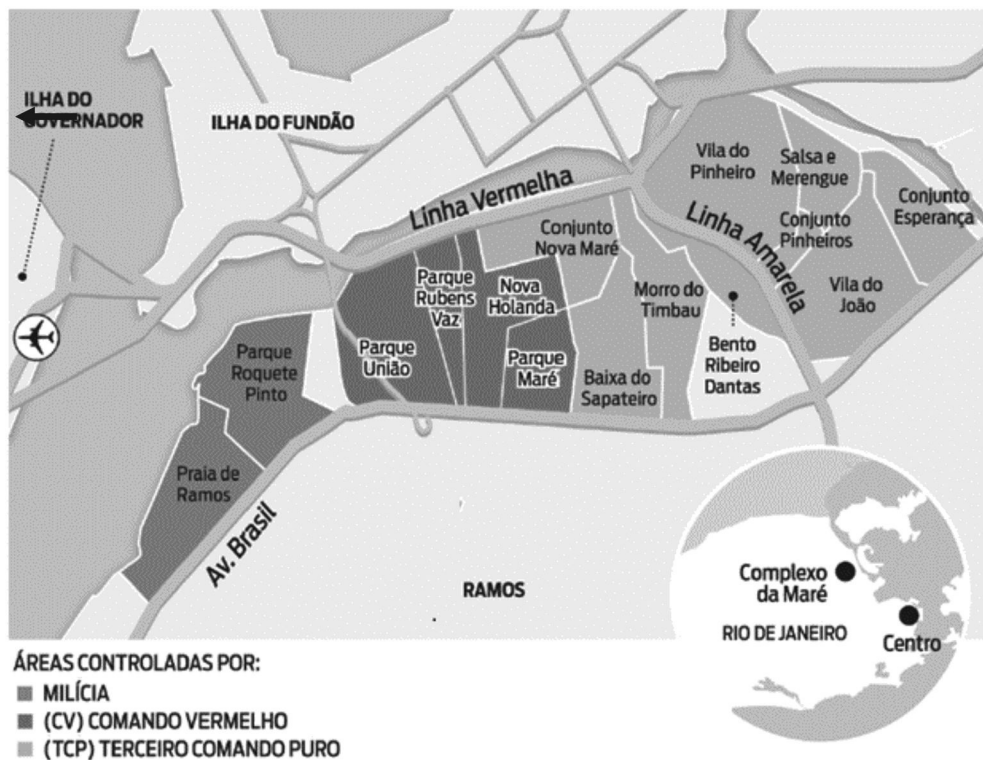
Os militares também enfrentaram contratempos. A força de pacificação enfrentou confrontos praticamente diários com traficantes, o que resultou em 21 soldados e fuzileiros navais feridos e um incidente fatal (F PAC MARÉ, 2014). A maioria dos confrontos foi contra a TCP, seguido pelo CV, enquanto nenhum confronto significativo entre militares e milícia foi relatado durante toda a operação (SILVA, 2017). Embora a força de pacificação não tenha registro público do número de vítimas entre criminosos e civis, os registros jornalísticos apresentam pelo menos sete mortos e sete feridos durante a operação. Deve também salientar-se que as organizações criminosas têm fortes incentivos para omitir suas baixas, a fim de não denunciar a fraqueza às gangues rivais.

Nessa linha, a Operação São Francisco pode ser vista como a mais intensa e complexa operação de aplicação da lei realizada pelos militares desde o fim da ditadura civil-militar em 1985. Em outras palavras, foi o caso em que os criminosos reagiram com mais violência contra uma operação de aplicação da lei realizada pelo Exército Brasileiro.

4.1 Protegendo o território

Enquanto o CV e o TCP lidam com o tráfico de drogas, uma das principais características da milícia é que eles não lidam com drogas. Originaram-se para proteger civis e lutar contra traficantes em comunidades específicas, muitas vezes recorrendo a diferentes tipos de extorsão civil, tais como medidas de proteção e fornecimento de eletricidade, transporte, comércio, televisão a cabo e gás de cozinha (ARAÚJO, 2015).

Figura 1 - Favela do Complexo da Maré



Fonte: Adaptado de NASCIMENTO et al., 2014.

Embora os dados sobre as receitas ilegais do mercado no Rio sejam praticamente inexistentes, os estudiosos tentaram estimar um índice geral sobre a rentabilidade das redes de mercado de medicamentos e de extorsão. Um estudo preliminar realizado em 2009 analisou o consumo interno de drogas na cidade e estimou que o mercado de medicamentos no Rio realizou mensalmente receitas entre US \$ 156 e 312 milhões (FERREIRA; VELLOSO, 2009). Ainda mais difícil de rastrear é o lucro obtido pela milícia no Rio de Janeiro. Uma avaliação realizada pelo Secretário de Segurança no Rio, no entanto, estimou um valor entre um e meio a três milhões de dólares (ARAÚJO, 2015). Os autores reconhecem que esses números são conservadores em comparação com outras estimativas; ainda assim, são úteis para colocar em perspectiva a diferença de receitas entre a organização criminosa presente em Maré.

De acordo com o Tenente-coronel Washington Harryson Alcoforado (2017), na véspera da ocupação militar, criminosos na Maré receberam ordens diretas de

seus líderes para permanecer e manter território. Como sugerido pelo General Richard Fernandez Nunes (2017), a permanência de criminosos na região durante a intervenção militar era uma “questão de sobrevivência”.

Esta diretiva pode ser explicada pelo valor estratégico da Maré. Primeiramente, é facilmente acessível de diferentes regiões e por diferentes meios. A região é vizinha do aeroporto internacional, do porto da cidade, das três vias rápidas mais importantes do Rio, e está a menos de cinco quilômetros das principais estações de ônibus e trem. A acessibilidade explica o valor do território em virtude de fatores claros do mercado, como fornecimento, distribuição e acesso ao cliente facilitados. Da mesma forma, de uma perspectiva criminosa, facilita o acesso a armamentos e munições, que vêm do aeroporto internacional e do porto da cidade (BARCELLOS; ZALUAR, 2014). Em segundo lugar, o ambiente social densamente populoso e de baixa renda oferece para as organizações criminosas tanto uma clientela interna para o mercado ilegal, quanto uma alta oferta de mão de obra, ao reduzir as oportunidades para que se juntem às gangues armadas.

No entanto, o mercado ilegal no Rio é rentável – embora as receitas sejam consideravelmente maiores no mercado de drogas – e fragmentado no produto (tráfico de drogas como na extorsão civil) e na divisão de território (LESSING, 2008). O mesmo ocorre dentro da Maré, onde cada organização criminosa detém o monopólio do mercado ilegal em sua própria parcela de território, mas apenas a competição no mercado de drogas.

De acordo com a Hipótese I, os cartéis devem resistir à aplicação da lei quando ameaçados, uma vez que operam em mercados fragmentados e lucrativos. Barcellos e Zaluar (2014) encontraram evidências qualitativas em apoio à hipótese, ou seja, favelas controladas por cartéis de tráfico de drogas, bem como aquelas próximas aos centros de abastecimento (portos e aeroportos), são mais propensas a sofrer violência.

Durante toda a Operação São Francisco, nenhum confronto significativo foi registrado entre os militares e a milícia, um mercado sem dúvida menos lucrativo e menos competitivo na área. Por outro lado, nas favelas controladas por organizações de tráfico de drogas, a força de pacificação enfrentou constante resistência armada (ALCOFORADO, 2017; NUNES, 2017). Portanto, a evidência apresentada respalda a primeira hipótese.

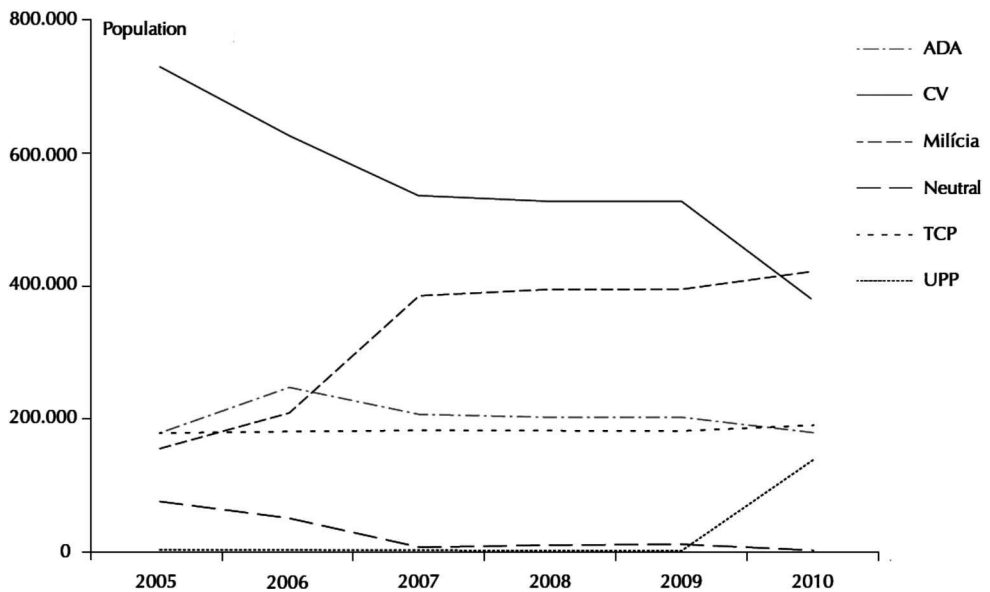
4.2 Demonstração de força

Os conflitos cartéis-cartéis representam a maior parte da violência relacionada à droga no Rio de Janeiro e estão presentes desde a década de 1980. Historicamente, o Comando Vermelho tem sido o cartel de drogas mais poderoso do Rio. No entanto, um número crescente de grupos criminosos independentes começaram a desafiá-lo, sendo o mais importante o Terceiro Comando Puro, Amigos dos Amigos (ADA)

e a milícia (MISSE, 2011). A figura 2 apresenta a competição por território entre cartéis no ano passado. Como consequência das disputas entre cartéis por território e mercado, as organizações criminosas ficaram fortemente armadas e agressivas umas em relação às outras (MISSE, 2011).

A história das disputas intercartéis na Maré remonta ao início da década de 1990. Até então, uma estabilidade relacional era possível devido a um acordo perpetrado por gangues neutras locais e à ausência da presença do Estado nas favelas, exceto por incursões policiais ocasionais (MATTOS, 2016; SILVA, 2009). Após o assassinato de um líder de uma gangue local em uma disputa de sucessão interna, começou uma nova onda de violência, que, por sua vez, levou as gangues neutras na Maré a se juntar a organizações criminosas maiores. Enquanto alguns aliados ficaram com o Comando Vermelho, outras gangues escolheram se afiliar com o Terceiro Comando (TC).

Figura 2 - População total vivendo em favelas sob controle de organizações criminosas



Fonte: (BARCELLOS; ZULAR) 2014.

Até 1997, no entanto, os principais conflitos foram limitados na Maré por motivo das antigas relações entre as gangues locais (MATTOS, 2016).

A eventual queda de líderes antigos e conciliadores deu espaço a jovens mais agressivos. Isso levou a um processo de escalada e de grandes disputas entre o Comando Vermelho e o Terceiro Comando de 1999 a 2002. Limites foram

fixados entre seus territórios, na medida em que ambos os grupos se tornaram fortemente armados e reforçaram uma cultura de rivalidade e ódio uns contra os outros (MATTOS, 2016). Embora as tréguas efêmeras entre TCP e CV tenham sido negociadas por alguns líderes (MATTOS, 2016), o conflito permaneceu instável e os confrontos entre os dois grupos continuaram acontecendo até o final da Operação São Francisco.

O Terceiro Comando e os Amigos dos Amigos formaram uma aliança em 1994 para se opor ao Comando Vermelho. No entanto, em 2002, as dissidências no Terceiro Comando levaram à sua dissolução e à criação do Terceiro Comando Puro (*O Globo*, 2002). Os integrantes do TC foram divididos entre o TCP e o ADA, dando origem a combates adicionais sobre o antigo território do TC. O TCP finalmente assumiu os territórios do ADA em 2010, expulsando-os da Maré (RAPOSO, 2014, SILVA, 2012). No entanto, o Amigos dos Amigos continuou a ameaçar o Terceiro Comando Puro em favelas vizinhas, constituindo ameaça latente e real para o TCP. Conforme descrito por Alcoforado (2017), o ADA organizou uma série de ataques contra o TCP durante a Operação São Francisco.

Nos anos anteriores à ocupação militar, uma milícia reagiu contra os traficantes locais de drogas e expulsou com sucesso os Amigos dos Amigos das favelas do norte na Maré, ou seja, Ramos e Roquete Pinto. Esta região específica tem experimentado uma estabilidade considerável desde então, sem conflito significativo registrado entre a milícia e a organização vizinha de tráfico de drogas, o Comando Vermelho (CRIMES NEWS, 2016). Isso pode ser atribuído à falta de contiguidade territorial entre Roquete Pinto e outras favelas ao sul (SILVA, 2017); ou o fato de que o conflito em curso com o TCP ficou em primeiro lugar nas prioridades do Comando Vermelho.

Monteiro e Rocha (2016) apoiaram a ideia de um “equilíbrio de poder instável” entre os cartéis em guerra no Rio de Janeiro, onde os conflitos geralmente são desencadeados por fatores exógenos, como prisão ou libertação de líderes, traições ou vinganças. A aplicação da lei é apenas outra fonte de instabilidade. Como apontado por Alcoforado (2017), os líderes locais do TCP foram presos antes da ocupação militar. Este vácuo de poder foi preenchido por criminosos mais jovens que, por sua vez, dedicavam-se à violência contra a força de pacificação, como meio de autoafirmação e sinalização de força.

Para resumir, apesar de todas as organizações criminosas na Maré terem uma história de conflitos intercartel, a milícia não enfrentou qualquer ameaça crítica, enquanto o Comando Vermelho e o Terceiro Comando Puro tiveram uma disputa em curso sobre território. O TCP ainda enfrentou a ameaça adicional do ADA.

A hipótese II sugere que os cartéis se envolvam em violência contra o Estado para sinalizar a decisão das quadrilhas rivais, consideradas ameaçadas. Juntamente com a história das disputas intercartel e os depoimentos apresentados acima, a

teoria ajuda a entender porque não houve confronto com a milícia, enquanto o CV e o TCP atacaram constantemente os militares. Consequentemente, também pode explicar por que Terceiro Comando Puro foi a organização criminosa mais agressiva durante a operação.

4.3 Explicando o recurso à violência

As análises de ambas as teorias sugerem seu poder explicativo complementar. Por um lado, a teoria dos mercados lucrativa e competitiva explica o motivo pelo qual o Comando Vermelho e o Terceiro Comando Puro decidiram manter o território e resistir à ocupação militar. Por outro lado, as disputas intercartel passadas e em curso na Maré, ou seja, CV contra TCP, e TCP contra ADA - a teoria da sinalização competitiva ajuda a entender o motivo de o Terceiro Comando Puro ter sido a organização criminosa mais agressiva durante a operação.

Além disso, as duas teorias ajudam a esclarecer porque não houve confronto entre militares e milícia. Sendo a organização criminosa menos lucrativa e mais estável na Maré, as teorias sugerem que a milícia teve poucos incentivos para recorrer à violência contra os militares. Em vez disso, eles optaram por formas alternativas de fugir da aplicação da lei, como manter um comportamento discreto.

No entanto, Silva (2017) sugeriu que não havia confronto entre a milícia e os militares, simplesmente porque a força de pacificação não se envolveu ativamente com essa organização criminosa em particular. Considerando que a conexão entre a milícia e os agentes do setor de segurança é apoiada por diferentes autores como Misse (2011), militares entrevistados para esta pesquisa justificaram a falta de envolvimento com a milícia como uma questão de prioridades, ou seja, os militares estavam mais preocupados em lutar contra os grupos de tráfico de drogas mais violentos. (ALCOFORADO, 2017).

Além disso, Alcoforado (2017) apresenta uma explicação complementar para o comportamento estranhamente agressivo de Terceiro Comando Puro. Não só como um meio de sinalização competitiva, argumenta, na sequência da detenção de seu líder, a liderança recém-surgida do TCP recorre à violência para sinalizar a ordem e reforçar sua posição dentro do grupo. Embora esse não tenha sido o foco deste artigo, essa abordagem sugere um processo de sinalização interna.

Em conjunto, este artigo considera as teorias aplicadas como complementares. Ao mesmo tempo em que mercados lucrativos e competitivos oferecem incentivos para que as organizações criminosas protejam seu território, eles também incentivam os conflitos intercartel. Em face das operações de aplicação da lei, esses grupos recorrem à violência para proteger suas receitas e para sinalizar a disposição para os rivais. É importante salientar que esta explicação não tenta ser exaustiva nem olhar para incentivos individuais para recorrer à violência.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o apoio de duas teorias diferentes, este artigo procurou explicar por qual motivo as organizações criminosas recorreram à violência contra os militares durante a Operação São Francisco, no Rio de Janeiro. A primeira teoria sugere uma relação causal entre valor de mercado ilegal e fragmentação e o envolvimento de organizações criminosas em ações violentas como meio de proteger seu território. A segunda considera o recurso da violência como uma consequência das disputas intercartel, onde as organizações criminosas usam a violência para transmitir informações sobre sua capacidade militar e intenção. Este estudo de caso descobriu que as teorias propostas eram complementares para explicar as diferenças de comportamento exibidas pelos Comando Vermelho, Terceiro Comando Puro, e a Milícia em relação aos militares.

A violência cartel-Estado é geralmente um fenômeno negligenciado na maioria das análises das operações de cumprimento das leis realizadas pelos militares brasileiros. Embora o Comando Vermelho e o Terceiro Comando Puro estivessem cientes de que a resistência violenta à ocupação militar levaria a uma maior repressão, eles escolheram contra-atacar. Essa escolha estratégica de resistir violentamente a 3.000 soldados coloca em perspectiva as apostas em atuar no mercado de drogas e no conflito entre cartéis no Rio de Janeiro. A pesquisa futura deve se concentrar na relação entre conflitos cartel-cartel e cartel- Estado no contexto brasileiro, bem como dinâmicas de grupos internos e motivações individuais para se envolverem na violência cartel- Estado.

REFERÊNCIAS

ALCOFORADO, Washington Harryson. Entrevista com o Tenente-Coronel (Exército Brasileiro) Washington Harryson Alcoforado, Oficial de Inteligência e de Operações durante a Operação São Francisco. Entrevista realizada por Henrique Siniciato Terra Garbino. 2017.

ARAÚJO, Flávio. Polícia investiga ligação entre mortes e “guerra” entre milícias na Zona Oeste: nos últimos 13 dias, quatro pessoas foram assassinadas. Suspeita paira sobre disputa entre chefões da Liga da Justiça. *O Dia*, Rio de Janeiro, Brasil, setembro, 2015.

BARCELLOS, Christovam; ZALUAR, Alba. Homicídios e disputas territoriais nas favelas do Rio de Janeiro. *Revista de Saúde Pública*, São Paulo, Brasil, n. 48, v. 1, p. 94-102, 2014.

BECKER, Gary. Crime and Punishment: An Economic Approach. *The Journal of Political Economy*, Chicago, Estado Unidos, n. 76, p. 169-127, 1968.

BENJAMIN, Daniel K.; MILLER, Roger Leardy. *Undoing Drugs: Beyond Legalization*. New York, Estados Unidos: Basic Books, 1993.

BURRUS, Robert T. Do Efforts to Reduce the Supply of Illicit Drugs Increase Turf War Violence? A Theoretical Analysis. *Journal of Economics and Finance*, New York, Estados Unidos, n. 23, v. 3, p. 226-34, 1999.

BRASIL. Diretriz Ministerial no 9/2014, de 31 de março de 2014. *Autoriza o emprego temporário e episódico de meios das Forças Armadas, em ações na Garantia da Lei e da Ordem, no período compreendido entre a zero (00:00) hora de 5 de abril e as vinte e quatro horas de 31 de julho de 2014, para a preservação da ordem pública e incolumidade das pessoas e do patrimônio no Complexo da Maré, na cidade do Rio de Janeiro*. Brasília, Brasil, 2014.

_____. Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999. *Dispõe sobre as normas gerais para a organização, o preparo e o emprego das Forças Armadas*. Brasília, Brasil, 1999.

_____. Lei Complementar nº 136, de 25 de agosto de 2010. *Altera a Lei Complementar no 97, de 9 de junho de 1999, que 'dispõe sobre as normas gerais para a organização, o preparo e o emprego das Forças Armadas', para criar o Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas e disciplinar as atribuições do Ministro de Estado da Defesa*. Brasília, Brasil, 2010.

CASTILLO, Juan Camilo; MEJÍA, Daniel; RESTREPO, Pascual. *Illegal Drug Markets and Violence in Mexico: The Causes beyond Calderón*. In: Workshop on illegal drug markets, crime and violence in Latin America. UCLA Latin American Institute and America Latina Crime and Policy Network, University of California, Los Angeles, Estados Unidos, 2013.

CAVALLIERI, Fernando; LOPES, Gustavo Peres. Índice de Desenvolvimento Social -IDS: comparando as realidades microurbanas da cidade do Rio de Janeiro. *Coleção Estudos Cariocas*, Rio de Janeiro, Brasil, abril:14, 2008.

CERQUEIRA, Daniel. Mortes Violentas Não Esclarecidas e Impunidade No Rio de Janeiro. *Economia Aplicada*, São Paulo, Brasil, n. 16, v. 2, p. 201–35, 2012.

CONSTANCIO, Thaise. 2014a. Vítima de bala perdida na Maré permanece estável. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, Brasil, 16 abril, 2014a.

_____. Líder comunitário é assassinado no Complexo da Maré. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, Brasil, 16 Setembro, 2014b.

DIAS, Haryan Gonçalves. Tarefas operativas nas operações de pacificação em ambiente interno: necessidade de especificação como pressuposto à liberdade de ação. *Revista da Escola Superior de Guerra*, Rio de Janeiro, Brasil, n. 29, v. 58, p. 57–79, 2014.

DUKE, Steven B. Drug Prohibition: An Unnatural Disaster. *Connecticut Law Review*, Hartford, Estados Unidos, n. 27, v. 2, p. 571–612, 1995.

ESCOTO, Roberto. Guerra irregular: a Brigada de Infantaria Paraquedista do Exército Brasileiro na pacificação de favelas do Rio de Janeiro. *Military Review* (Edição Brasileira), Fort Leavenworth, Estados Unidos, n. 71, v. 1, p. 3–14, 2016.

FAGAN, Jeffrey; CHIN, Ko-Lin. Initiation into Crack and Cocaine: A Tale of Two Epidemics. *Contemporary Drug Problems*, Perth, Austrália, n. 16, v. 4, p. 579–617, 1989.

FERREIRA, Sergio Guimarães; VELLOSO, Luciana. *A economia do tráfico na Cidade do Rio de Janeiro: uma tentativa de calcular o valor do negócio (SEFAZ-RJ NT-2008. 35)*. Rio de Janeiro, Brasil: Sub-Secretaria de Estudos Econômicos, Secretaria da Fazenda, Governo do Rio de Janeiro, 2009.

FIORENTINI, Gianluca; PELTZMAN, Sam (Org.). *The economics of organised crime*. Cambridge, Estados Unidos: Cambridge University Press, 1997.

F PAC MARÉ. Força de Pacificação do Complexo de Comunidades da Maré. *Nota à imprensa* (4 de abril de 2014). Exército Brasileiro: Rio de Janeiro, Brasil, 4 abril, 2014.

GOLDSTEIN, Paul J.; BROWNSTEIN, Henry H.; RYAN, Patrick J.; BELLUCI, Patricia A. Crack and Homicide in New York City, 1988: A Conceptually Based Event Analysis. *Contemporary Drug Problems*, Perth, Austrália, n. 16, p. 651-87, 1989.

GOMES, Marcelo. Beltrame se reúne com moradores da Maré para explicar entrada do Exército. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, Brasil, 3 abril, 2014a.

_____. Menor ataca patrulha do Exército na Maré e é baleado. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, Brasil, 11 abril, 2014b.

GONZAGA, Alexandre. Ocupação das Forças Armadas no Complexo da Maré acaba hoje. *Ministério da Defesa*, Brasília, Brasil, 30 junho, 2015.

GRELLET, Fábio. Jovem é espancado em confronto entre facções no Complexo da Maré. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, Brasil, 6 abril, 2014a.

GRELLET, Fábio. Tiroteios no Complexo da Maré deixam dois mortos. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, Brasil, 3 novembro, 2014b.

_____. Tiroteios na Rocinha e na Maré deixam 3 suspeitos mortos. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, Brasil, 20 janeiro, 2015a.

_____. Tiroteios em favelas do Rio deixam dois mortos. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, Brasil, 18 junho, 2015b.

GRELLET, Fábio; CONSTANCIO, Thaise. Uma pessoa é presa e outra fica ferida após tiroteio na Maré. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, Brasil, 24 outubro, 2014.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censo Demográfico 2010*. Rio de Janeiro, Brasil: IBGE, 2010.

ISP. Instituto de Segurança Pública. *Série histórica: letalidade violenta (2000–2016)*. Rio de Janeiro, Brasil: Instituto de Segurança Pública, 2017.

O GLOBO. Guerra do tráfico já dura mais de 20 anos. *O Globo*, Rio de Janeiro, Brasil, 12 setembro, 2002.

LESSING, Benjamin. As facções cariocas em perspectiva comparativa. Traduzido por Hélio De Mello Filho. *Novos Estudos - CEBRAP*, São Paulo, Brasil, n. 80, v. março, p. 43-62, 2008.

_____. *The Logic of Violence in Criminal War: Cartel-State Conflict in Mexico, Colombia, and Brazil*. 2012. Doctoral Dissertation, Berkeley, Estados Unidos: University of California.

_____. The Logic of Violence in Drug Wars: Cartel-State Conflict in Mexico, Brazil and Colombia. *CDDRL Working Paper*, n. 145. Stanford, Estados Unidos, 2013.

_____. Logics of Violence in Criminal War. *Journal of Conflict Resolution*, Maryland, Estados Unidos, v. 59, n. 8, p. 1486–1516, 2015.

LEVITT, Steven D.; VENKATESH, Sudhir Alladi. An Economic Analysis of a Drug-Selling Gang's Finances. *The Quarterly Journal of Economics*, Cambridge, Estados Unidos, n. 115, v. 3, p. 755-89, 2000.

MATTOS, Carla dos Santos. Uma etnografia da expansão do mundo do crime no Rio de Janeiro. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, Brasil, n. 31, v. 91, 2016.

- MIORN, Jeffrey A.; ZWIEBEL, Jeffrey. The Economic Case against Drug Prohibition. *The Journal of Economic Perspectives*, Washington D.C., Estados Unidos, n. 9, v. 4, p. 175–92, 1995.
- MISSE, Michel. 2011. Crime organizado e crime comum no Rio de Janeiro: diferenças e afinidades. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, Brasil, n. 19, v. 40, 2011.
- MONTEIRO, Joana; ROCHA, Rudi. Drug Battles and School Achievement: Evidence from Rio de Janeiro's Favelas. *The Review of Economics and Statistics*, Cambridge, Estados Unidos, n. 99, v. 2, p. 213-28, 2016.
- MOTTA, Flávio. Complexo de favelas teve média de quatro tiroteios por dia entre traficantes e militares. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, Brasil, 12 dezembro, 2014.
- NARANJO, Alberto J. R. *Drugonomics: Industrial Organization of Illegal Drug Markets*. 2007. Department of Economics, Stockholm University. Stockholm, Sweden.
- NUNES, Richard Fernandez. Entrevista com o General-de-Brigada (Exército Brasileiro) Richard Fernandez Nunes, Comandante da Força de Pacificação durante a Operação São Francisco. Entrevista realizada por Henrique Siniciato Terra Garbino. 2017.
- ODFA. Observatorio Sudamericano de Defensa y Fuerzas Armadas. *Informativo semanal del Grupo de Estudios de Defesa e Segurança Internacional (GEDES)*: Informe Brasil 12. São Paulo, Brasil: GEDES, UNESP, 2014.
- O'FLAHERTY, Brendan; SETHI, Rajiv. Homicide in Black and White. *Journal of Urban Economics*, n. 68, v. 3, p. 215–30, 2010.
- POWELL, Robert. Bargaining and Learning While Fighting. *American Journal of Political Science*, Lansing, Estados Unidos, n. 48, v. 2, p. 344–61, 2004.
- RAPOSO, Otávio. Estética e sociabilidade entre os b-boys da Maré: driblando as fronteiras do tráfico. *Ponto Urbe*, São Paulo, Brasil, no. 14 (July), 2014.
- RESIGNATO, Andrew J. Violent Crime: A Function of Drug Use or Drug Enforcement? *Applied Economics*, Abingdon, United Kingdom, n. 32, v. 6, p. 681-88, 2000.
- REUTER, Peter. Systemic Violence in Drug Markets. *Crime, Law and Social Change*, New York, Estados Unidos, n. 52, v. 3, p. 275-84, 2009.
- ROGERO, Tiago. Suspeito de matar cabo das Forças Armadas é baleado. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, Brasil, 30 Novembro, 2014.

SCHELLING, Thomas C. *Choice and Consequence*. Cambridge, Estados Unidos: Harvard University Press, 1985.

SILVA, Eliana Sousa. *O contexto das práticas policiais nas favelas da Maré: a busca de novos caminhos a partir de seus protagonistas*. 2009. Dissertação de Doutorado, Rio de Janeiro, Brasil: Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

_____. *Testemunhos da Maré*. Rio de Janeiro, Brasil: Aeroplano, 2012.

_____. *A ocupação da Maré pelo Exército Brasileiro: percepção de moradores sobre a ocupação das forças Armadas na Maré*. Rio de Janeiro, Brasil: Redes de Desenvolvimento da Maré, 2017.

SIURB. Sistema Municipal de Informações Urbanas. *Bairros cariocas: Maré*. Rio de Janeiro, Brasil: SIURB, 2010.

TORRES, Sergio. Tiroteios deixam um ferido no Complexo da Maré. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, Brasil, 8 abril, 2014.

WACQUANT, Loïc. The Militarization of Urban Marginality: Lessons from the Brazilian Metropolis. *International Political Sociology*, Storrs, Estados Unidos, n. 2, v. 1, p. 56-74, 2008.

WERB, Dan et al. *Effect of Drug Law Enforcement on Drug-Related Violence: Evidence from a Scientific Review*. Vancouver, Canada: International Centre for Science in Drug Policy, 2010.

WISOTSKY, Steven. Exposing the War on Cocaine: The Futility and Destructiveness of Prohibition. *Wisconsin Law Review*, Madison, Estados Unidos, p. 1305–1426, 1983.

ZALUAR, Alba. Turf War in Rio de Janeiro: Youth, Drug Traffic, Guns and Hyper-Masculinity. In: CECCATO, VANIA (Org.). *The Urban Fabric of Crime and Fear*, p. 217-38. New York, Estados Unidos: Springer, 2012.

Recebido em: 24 ago. 2017

Aceito em: 13 mar. 2017